



aepet

ASSOCIAÇÃO DOS
ENGENHEIROS
DA PETROBRAS

SETEMBRO DE 1997
Nº 136

MAIS UMA TENTATIVA DA AEPET

Logo após a aprovação pelo Senado do substitutivo do deputado Eliseu Resende ao projeto de lei nº 2142/96, o presidente da AEPET, Fernando Leite Siqueira, endereçou carta ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Na correspondência, Siqueira alerta que alguns pontos do texto aprovado desmontam o Setor Petróleo no Brasil e tornam vulnerável a Petrobras. Cita, ainda, os itens não contidos no projeto original que "foram alterados para pior" pela Câmara dos Deputados. Segundo Fernando Siqueira, não se poderia esperar outra atitude de um presidente que fez de tudo para quebrar o monopólio do petróleo e desmontar o patrimônio nacional com as reformas constitucionais. A AEPET, porém, cumpriu a sua missão, deixando evidenciado para a Nação que o Presidente tem plena consciência do mal que está fazendo ao País. Contudo, parece não ter compreendido que dirigentes como Carlos Andrés Peres, Salinas de Gortari, Gorbachev, Margareth Thatcher e outros algozes de seus países foram jogados no lixo após terem cumprido os seus papéis. São os chamados estadistas descartáveis. FHC é sério candidato ao cargo.



AEPET

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRAS
AEPET - 090/97

Rio de Janeiro, 1º de agosto de 1997.

Ao
Excelentíssimo Senhor
Dr. Fernando Henrique Cardoso
DD. Presidente da República Federativa do Brasil
Palácio do Planalto
Brasília - DF

Senhor Presidente,

No último dia 16 de julho, o Senado Federal aprovou, sem modificações, o substitutivo do Deputado Eliseu Resende ao projeto de lei nº 2142/96, originalmente encaminhado à Câmara dos Deputados pelo Poder Executivo.

Em seu conteúdo, o texto aprovado inclui vários pontos com os quais não concordamos, porém respeitamos, aprovados que foram no decorrer do processo legislativo e na vigência do estado de direito, dos quais Vossa Excelência é o principal guardião.

Entretanto, há alguns pontos, entre vários não contidos no projeto original, encaminhado à Câmara por Vossa Excelência, que foram alterados para pior por aquela Casa e, por essa razão, merecem consideração especial.

O primeiro se refere ao artigo 26, onde a expressão: "Conferindo-lhe a propriedade desses bens" quebra definitivamente o monopólio da União deixando-a com o monopólio da rocha vazia. Quem produzir o petróleo poderá fazer o que quiser, inclusive exportá-lo. Contraria o artigo 177 da Constituição e a vossa intenção.

O segundo ponto são os artigos 64 e 65: permitem e obrigam respectivamente a criação de subsidiárias pela PETROBRAS sem ouvir o Congresso Nacional, o que contraria o artigo 37, incisos XIX e XX da Constituição. Contrariam também o espírito da vossa carta ao Congresso Nacional onde explicitava a não privatização da PETROBRAS.

Estes dois artigos, permitindo a associação minoritária nas subsidiárias tornam a PETROBRAS passível de privatização sub-reptícia ou "por dentro" como declarou o Deputado Eliseu Resende. Caso Vossa Excelência não possa vetar os artigos na íntegra, encarecemos que veto pelo menos a expressão "ou minoritariamente".

A participação minoritária equivale à perda total de controle. Acreditamos que neste segmento, o de transportes,

é preciso haver concorrência para que o País não fique a mercê de grupos que exploram navios velhos e tripulações estrangeiras de competência duvidosa, por serem aventureiros. A participação da PETROBRAS atenderá melhor os interesses do País, garantindo-lhe parcela importante das receitas de serviços, contribuindo de maneira considerável para o equilíbrio de nosso balanço de pagamentos e aumentando a competitividade de nossa economia.

O terceiro, no artigo 29, é permitida a transferência de concessão para outras empresas. Permite que a PETROBRAS transfira as áreas onde ela já produz para companhias habilitadas. A vossa carta ao Congresso é clara: "a União não contrate empresas para pesquisa e lavra em áreas que tenham produção já estabelecida pela PETROBRAS".

O quarto, também igualmente importante, refere-se ao artigo 83, o qual diferentemente do projeto original, determina a revogação integral da lei 2004, de 3 de outubro de 1953.

A revogação de dispositivos que contrariam o projeto a serem breve sancionados por V. Exa. é um imperativo lógico.

Entretanto, a Lei 2004/53 contém previsões quanto a outras questões relativas à estrutura organizacional da PETROBRAS que, em nada, colidem com o texto aprovado. Além disso, revogar a referida lei, na sua íntegra, resultará em apagar parte da história do Brasil, de vez que sua aprovação, há 43 anos, foi resultante da maior mobilização da sociedade brasileira, em memorável campanha, da qual foram lideranças destacadas os Generais Leônidas e Felicíssimo Cardoso.

Por esses motivos, solicitamos a V. Exa. que no uso de suas atribuições constitucionais, através do seu poder de veto, não permita que esses pontos aqui mencionados façam parte do diploma legal a ser sancionado.

Respeitosamente,

Fernando Leite Siqueira

Fernando Leite Siqueira

Também foi encaminhada carta ao presidente do PFL, deputado José Jorge, após suas declarações à Folha de São Paulo, nas quais defende a necessidade de privatização da PETROBRAS, sob o pretexto de manter o atual governo "afinado com o receituário neoliberal". Assinada pelo diretor regional da AEPET Brasília, Argemiro Pertence, a correspondência demonstra a preocupação da Entidade com os rumos que o governo FHC pretende dar a PETROBRAS e as demais conquistas do povo deste País.

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRAS - AEPET

Av. Nilo Peçanha, 50 - grupo 2409 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.020-100 - Tel. (021) 220-4774 - Fax (021) 262-9224
Brasília: tel/fax (061) 345-5963

Brasília, 14 de agosto de 1997.

Ao
deputado federal José Jorge
Presidente do Partido da Frente Liberal
Anexo I - Câmara dos Deputados
Brasília - DF
70.160-900

Senhor Presidente,

Tomamos conhecimento de entrevista concedida por V.Exa. à Folha de São Paulo, no último dia 8 de agosto, na qual, dentre outras questões, V. Exa. defende a necessidade de privatização da Petrobras, sob o argumento de manter o atual governo "afinado com o receituário liberal".

A princípio, compete-nos esclarecer que, a Petrobras não é um "elefante", conforme palavras suas. Antes, é uma empresa reconhecida internacionalmente por sua excelência tecnológica, fruto do trabalho competente de seus 43.000 empregados e, por isso mesmo, procurada pelas maiores empresas do setor, em escala mundial, para a celebração de parcerias empresariais, baseadas na transferência recíproca de reconhecimentos nas áreas de exploração, produção, refino e transporte de petróleo e gás natural, fato raríssimo entre as milhares de empresas privadas que operam no Brasil. Seus empregados são admitidos por concurso público e durante sua carreira são constantemente treinados, capacitando-se continuamente para manter a vanguarda tecnológica que tem caracterizado a atuação da empresa.

A privatização da Petrobras irá atender a interesses menores e imediatistas, como o abatimento das enormes dívidas públicas interna e externa, assumidas por governos irresponsáveis, ao longo das duas últimas décadas, sempre com o apoio incondicional de partidos que, embora com outro rótulo, representaram o pensamento do partido que V. Exa. ora preside. Afirmar que o Estado precisa privatizar a Petrobras para dedicar-se à educação, saúde e segurança não encontra o mínimo amparo nos fatos. Desde 1990 sob governos liberais, o Estado já privatizou cerca de 50 empresas, arrecadando mais de R\$ 20 bilhões. A despeito desse processo, em curso há mais de sete anos, nunca o País viu seus principais setores públicos tão deteriorados e sucateados. O que se tem observado é o crescimento de tais segmentos na área privada, em franca contradição com o mandamento constitucional que garante aos cidadãos esses direitos que deveriam ser providos pelo Estado.

Entendemos, por outro lado, que precisam ser reformuladas a cultura e a mentalidade política neste país. Estamos cansados de assistir políticos agindo em causa própria. Não é mais possível lançar nos ombros do povo a dura responsabilidade de sustentar, com seus impostos, a boa vida de políticos que confundem o interesse público com seus ganhos pessoais menores. A história recente tem demonstrado, à exaustão, a impunidade que premia grande número de parlamentares que se especializaram em aplicar golpes nos cofres públicos, seja fraudando o orçamento, seja vendendo ou comprando votos em troca dos favores oficiais, para se manterem no poder, desviando recursos públicos para aplicá-los em suas propriedades ou até mesmo subordinando-se a terceiros para o benefício de interesses particulares. Acreditamos que, como presidente do PFL, sua tarefa prioritária deveria ser zelar pela probidade dos integrantes de sua legenda. Não deve V. Exa. desconhecer a quantidade imensa de denúncias veiculadas pela imprensa que pesam sobre membros do partido que lhe compete dirigir, as quais não vale a pena aqui mencionar.

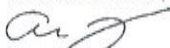
Enquanto isso não for feito e completado, faltam a V. Exa. e ao partido que dirige condições para se pronunciar sobre questões de tamanha importância para a vida nacional. Aplica-se neste caso a máxima de que antes de se preocupar com a casa alheia, é preciso pôr ordem na própria casa.

Curioso partido é o PFL. Está sempre no governo, não importando qual governo. No entanto, sua representação popular no Congresso não o credencia para assumir tanto poder. Como deve ser do seu conhecimento, 70% da bancada do seu partido na Câmara dos Deputados e 80% da bancada no Senado Federal são provenientes das regiões nordeste, norte e centro-oeste. Ou seja, seu partido recebe votos das regiões mais atrasadas do País e de populações menos favorecidas, mais alienadas, desinformadas, analfabetas, miseráveis e de menor representação proporcional. O PFL tem somente um senador eleito na região sul do País e apenas três na região sudeste, as mais desenvolvidas do país. Os votos do PFL vêm da minoria.

Quanto ao modelo liberal defendido por V. Exa. é preciso lembrá-lo que se trata de um modelo em extinção nos países mais sérios. Cabe lembrar que países avançados da Europa sequer cogitaram sua adoção. Outros que o adotaram, hoje apressam-se em encontrar maneiras eficazes de eliminar os males por ele causados. Outra vez o PFL se encontra com a minoria. Ao citar o Chile como um dos países com melhores índices de educação e mortalidade infantil, V. Exa. omitiu Cuba, que apresenta os melhores índices da América Latina. Índices, estes, muito superiores aos do Chile, o que comprova que o sucesso das políticas sociais não tem nada a ver com o liberalismo e sim com a competência administrativa. A maior prova do insucesso do liberalismo e da incompetência está aqui mesmo no Brasil, com o aumento do desemprego, da miséria absoluta, da insegurança nos grandes centros urbanos, da evasão escolar, do trabalho infantil, da proliferação de doenças anteriormente erradicadas e da corrupção. Isto também é válido para a Argentina, o Peru, a Bolívia e outros pobres infelizes que, por coincidência, adotaram o modelo neoliberal.

Esperamos com estas informações ter contribuído para o seu esclarecimento e para restabelecer a verdade dos fatos.

Atenciosamente,



Argemiro Pertence

Diretor Regional da Associação dos Engenheiros da Petrobras - AEPET

■ Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET) - Av. Nilo Peçanha, 50 - grupo 2.409 - Centro
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20.044-900 - Tel.: (021) 220-4774 - Fax: (021) 262-9224 - E-mail: aepet@ax.apc.org

■ Boletim da AEPET - Reprodução permitida ■ Jornalista Responsável: Ivana Barreto

■ Diagramação e Editoração Eletrônica: Danemil Artes Gráficas Ltda - Tel.: (021) 201-3533 - Fax: (021) 281-1118